http://dx.doi.org/10.22420/rde.v19i44.2495

Políticas Públicas de Educação Especial:
implicações da Nova Gestão Pública no governo estadual mineiro

Public policies for special education:
implications of the New Public Management in Minas Gerais' state government

Políticas públicas de educación especial:
implicaciones de la Nueva Gestión Pública en el gobierno de Minas Gerais

DÂMARIS ALCIDIA DA COSTA MELGACO[*]
Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, Brasil.

RESUMO: Este artigo, fundamentado no materialismo histórico-dialético, analisa as políticas públicas educacionais voltadas para a educação especial no estado de Minas Gerais, cobrindo o período entre os primeiros anos do século XX e os dias atuais. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico-documental, cujo corpo teórico foi catalogado a partir de pesquisa em bases de dados como Capes, Scielo, BDTD, Google Acadêmico, sites governamentais oficiais e livros impressos. O estudo argumenta que a implementação da Nova Gestão Pública em Minas Gerais impacta negativamente as políticas de educação especial. Adicionalmente, conclui que as políticas orientadas para um Estado mínimo fomentam práticas contraditórias ao processo de inclusão educacional, pois reforçam a lógica do capacitismo.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Educação Especial. Materialismo histórico-dialético.

ABSTRACT: This article, which is within the scope of historical-dialectical materialism, analyzes public educational policies focused on special education in the state of Minas Gerais, covering the period

[*] Mestra em Educação. Atualmente trabalha como profissional autônomo em Psicologia Clínica Histórico-Cultural. *E-mail*: <damarismelgaco@gmail.com>.

from the early 20th century until now. This research is bibliographical and documentary, its theoretical framework was cataloged through research in databases such as Capes, Scielo, BDTD, Google Scholar, official government websites, and paper books. The study argues that the implementation of the New Public Management in Minas Gerais negatively impacts special education policies. Furthermore, policies oriented towards a minimal state foster practices that contradict the process of educational inclusion, as they reinforce the logic of ableism.

Keywords: Educational policies. Special education. Historical-dialectical materialism.

RESUMEN: Este artículo, basado en el materialismo histórico-dialéctico, analiza las políticas educativas públicas dirigidas a la educación especial en Minas Gerais, abarcando el período comprendido entre los primeros años del siglo XX y la actualidad. Se trata de una investigación bibliográfica-documental, cuyo cuerpo teórico fue catalogado con base en investigaciones en bases de datos como Capes, Scielo, BDTD, Google Scholar, sitios web oficiales de gobiernos y libros impresos. El estudio sostiene que la implementación de la Nueva Gestión Pública en Minas Gerais impacta negativamente en las políticas de educación especial. Además, concluye que las políticas orientadas a un Estado mínimo fomentan prácticas que contradicen el proceso de inclusión educativa, pues refuerzan la lógica del capacitismo.

Palabras clave: Políticas educacionales. Educación especial. Materialismo histórico-dialéctico.

Introdução

O Materialismo Histórico-Dialético – MHD é um método caracterizado por duas questões básicas: 1) a história da evolução humana frente à consolidação de suas propriedades estruturais – sociedade burguesa –, o que revela as tendências dessas estruturas no campo político, bem como as relações de trabalho no meio delas; e 2) a valoração que não pode ser caracterizada como conhecimento científico, já que é adjetivada por um conglomerado de ideologias. Por essa razão, a valoração ultrapassa a análise simples do objeto para refletir criticamente a relação existente entre sujeito e objeto, cuja reprodução é o resultado da ação humana no mundo natural e civilizado (PAULO NETTO, 2011). Sobre o materialismo dialético, Augusto Triviños afirma:

> Resumidamente, podemos dizer que o materialismo dialético reconhece como essência do mundo a matéria que, de acordo com as leis do movimento, se transforma, que a matéria é anterior à consciência e que a realidade objetiva e suas leis são cognoscíveis […], mas o que queremos salientar agora é que o Materialismo Dialético levanta como Critério da Verdade a Prática Social […] estas três categorias, a matéria, a consciência e a prática social são as categorias fundamentais do materialismo dialético (TRIVIÑOS, 1987, p. 23).

Dessa maneira, ao elencar as políticas públicas educacionais como objeto de estudo, buscou-se, a partir do método Materialismo Histórico-Dialético, abstrair as predeterminações dadas ao objeto, revelando assim sua real constituição. Logo, a partir da análise desse objeto, considerando-se as categorias principais, matéria, consciência e prática social, não se objetivou nesta pesquisa bibliográfico-documental acrescentar nada a ele, mas revelar as suas determinações no contexto da Educação Especial – EE. Questionam-se, portanto, os aspectos fundantes do desenvolvimento das políticas públicas educacionais mineiras em relação às nacionais, frente à Nova Gestão Pública – NGP, e como essa relação se manifesta no fracasso escolar da população com deficiência em Minas Gerais. Adicionalmente, busca-se compreender de que maneira as contradições se apresentam no currículo, na formação docente e na escolarização da pessoa com deficiência no contexto mineiro.

A definição do método auxilia o/a pesquisador/a na busca bibliográfica, pois como afirma Triviños, "se o mestrando inicia a busca bibliográfica orientado pelos conceitos básicos de uma teoria que servirá para compreender, explicar e dar significado aos fatos que estudará, seu caminho será relativamente traçado" (TRIVIÑOS, 1987, p. 99). Por ser uma pesquisa de caráter bibliográfico-documental, foi necessário realizar revisão de literatura e sua refiltragem, uma vez que, de acordo com o autor, essa revisão permite que o/a pesquisador/a habitue-se de forma consistente ao assunto que lhe desperta o interesse. Para tanto, foram utilizados portais de pesquisa acadêmica como Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, Scientific Electronic Library Online – SciELO, Google Acadêmico, sites oficiais do governo e livros impressos.

Para organizar as discussões deste artigo e considerando o contexto sociocultural, político e econômico do estado de Minas Gerais, apresenta-se uma breve análise das Políticas Públicas da Educação Nacional – PPEN e das Políticas Públicas da Educação Especial – PPEE implementadas no estado desde o início do século XX. Busca-se compreender como essas políticas se materializam na forma e no conteúdo educacional transmitido a alunos/as com deficiência, caracterizando a práxis educativa mineira. O artigo está dividido em quatro partes: a) introdução, que apresenta a metodologia científica da pesquisa; b) análise das políticas públicas da educação especial mineira desde o início do século XX; c) análise da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e do Currículo Referência de Minas Gerais – CRMG frente à Política Nacional da Educação Especial

na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI; e d) análise das Políticas Públicas da Educação Nacional – PPEN e Políticas Públicas da Educação Especial – PPEE na concretude da escola estadual mineira.

Análise das Políticas Públicas da Educação Especial mineira desde o início do século XX

As Políticas Públicas da Educação Especial – PPEE em Minas Gerais estão intimamente vinculadas à história nacional da construção das Políticas Públicas da Educação Nacional – PPEN. Essa ligação se estabelece porque, embora essas duas formas de escolarização possuam historicidades que aparentemente as distanciam, elas estão intrinsecamente relacionadas ao projeto político e econômico da nação brasileira, bem como às ideologias filosóficas, sociológicas e antropológicas que sustentavam a sociabilidade burguesa dentro do capitalismo hegemônico.

Na década de 1930, Minas Gerais exerceu uma influência primordial na implementação das PPEN e PPEE, visando a construção de um projeto de educação progressista de direita, em obediência aos modelos europeus (MELGAÇO, 2024). O período entre 1920 e 1930 foi marcado historicamente pela ampla divulgação de testes psicométricos, bem como pela institucionalização da deficiência sob a base teórica positivista da Psicologia Experimental. Em 1930, os movimentos para a inovação da escola pública no país estavam aportados nas tendências teórico-filosóficas médico-biológicas, caracterizadas por seu cunho cientificista (PINHEIRO *et. al*, 2006; LIMA, 2022; MELGAÇO, 2024; SILVA, 2024).

De acordo com Paulo Sérgio Pinheiro *et al*. (2006), esse momento histórico brasileiro teve como marco a "política do café com leite", caracterizada pelas alianças das oligarquias mineira e paulista. Como caraterística primordial desse período, o entusiasmo político depositado na inovação pedagógica, mais especificamente na teoria da Escola Nova, que levou à implementação dessas ideias em território nacional.

Gilberta Jannuzzi (2012) entende que esse período foi marcado pelo ideal da escola primária de amplo alcance, desde o aspecto físico até o psicológico, social e cognitivo. Portanto, havia uma distinção entre educar e instruir, pois educar antecedia a instrução. Havia preocupação com os espaços escolares e sua organização administrativa, bem como com os prognósticos dos/das escolares quanto à sua formação biológica, mental e social.

> Os precursores da Escola Nova preocupavam-se com o indivíduo no processo de aprendizagem somente na medida em que atentar para os processos individuais facilitava uma tarefa pedagógica que se propunha a desenvolver ao máximo as potencialidades humanas através de um trabalho que acompanhasse o curso natural de seu desenvolvimento ontogenético ao invés de contrariá-lo (PATTO, 2022, p. 117).

Em um contexto geral, pode-se afirmar que o estado de Minas Gerais foi precursor da teoria escolanovista aplicada à Educação Especial – EE, em decorrência das reformas educacionais anteriormente mencionadas, cujo idealizador foi Francisco Campos, em 1927. Nesse mesmo ano, salienta-se a chegada a Minas Gerais da teórica russa Helena Antipoff. Seu trabalho focou a implementação das primeiras classes especiais mineiras, com o objetivo de separar crianças por níveis de cognição mediante a aplicação de testes psicométricos baseados nas escalas de inteligência de Alfred Binet (1857-1911) e Théodore Simon (1873-1960) (PINHEIRO *et al*., 2006; CAMPOS, 2010; JANNUZZI, 2012; BORGES & CAMPOS, 2018).

A EE em Minas Gerais, segundo Adriana Borges e Regina Campos, registra – não de forma estática – três marcos históricos: a fase das classes especiais (1930-1950), a fase das escolas especiais (1950-1990) e a fase da educação inclusiva (1990-2024).

> As classes especiais tiveram um forte papel em Minas Gerais. Na primeira fase, considerada entre o período de 1930-1950, as classes receberam alunos com diversas deficiências [...]. A influência da Escola Nova, representada pela figura de Helena Antipoff, tentou impor um trabalho baseado no respeito às diferenças individuais. Entretanto, a partir dos anos de 1950, as escolas especiais iniciam um processo de expansão. Ocorre então uma alteração do público das classes especiais. Antes formado por alunos com deficiência, passa a ser formado por crianças com problemas de aprendizagem ou dificuldades escolares (BORGES & CAMPOS, 2018, p. 81-82).

O trabalho de Antipoff foi muito importante e teve influências significativas na construção histórica das PPEE brasileiras. Posteriormente, ela foi uma das intelectuais que contribuíram para a criação do Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, pelo Decreto nº 72.425, cujo objetivo era proporcionar escolarização de qualidade à pessoa com deficiência em território nacional, no ano de 1973. O trabalho de Antipoff em território mineiro evoluiu das classes especiais para a organização da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, em 1932, e para a organização de um consultório médico e psicopedagógico em 1933. No mesmo período, com larga experiência internacional na educação psicopedagógica, trabalhou a variável do meio social no resultado dos testes cognitivos, considerando cinco fatores: interação ambiental, meio cultural, meio social, emoção e comportamento (CAMPOS, 2010; JANNUZZI, 2012; BORGES & CAMPOS, 2018).

A epistemologia guia do trabalho prático social de Antipoff consistia na determinação das condições materiais sobre o desenvolvimento mental da criança. Para ela, a partir de estudos comparativos na Europa e em Belo Horizonte, crianças com menor acesso socioafetivo e econômico obtinham menores índices de inteligência em comparação às que possuíam acesso aos bens materiais produzidos pela humanidade. Portanto, ela contrapunha-se à ideia eugenista de causa e efeito, que associava a questão da raça ou do meio social ao fracasso escolar. "Para detectar os problemas biológicos e sociais, o Consultório Médico Pedagógico realizava entrevistas, testes e a classificação das crianças e,

com base no diagnóstico, estabelecia lugares específicos para auxiliar no ajustamento dos indivíduos" (RAFANTE, 2011, p. 146; grifo nosso). Outra questão-problema observada por Antipoff referia-se às condições sociais e econômicas de alunos/as com deficiência ao concluírem a escolarização básica, uma vez que, frequentemente, retornavam à vida social sem uma qualificação profissional. Diante disso, a teórica direcionou seu foco para a profissionalização do público-alvo da EE. Dessa maneira, em 1940, foi implementado um novo modelo educacional na Fazenda do Rosário, onde os/as alunos/as aprendiam os ofícios da agricultura e do artesanato.

Em 1969 foi criada a Escola Estadual Yolanda Martins Silva para as crianças com deficiência atendidas no Hospital de Neuropsiquiatria Infantil – HNPI e no Instituto de Psicopedagogia. A oferta de ensino era de caráter emendativo e atendia a maior parte dos/das pacientes com deficiência do HNPI. Essa escola teve o seu funcionamento encerrado no ano de 2012 (BORGES, CAMPOS & SILVA, 2020).

> Destaca-se que, embora a política dos estados tenha findado a partir de 1930 e o Brasil tenha passado por transformações políticas drásticas desde a república oligárquica para a era Vargas, o militarismo e a nova constituinte, os princípios da Escola Nova se mantiveram e continuaram influenciando as políticas públicas da educação nacional, porém sob novas nuances ideológicas, nomeada por Dermeval Saviani de neoescolanovismo e por Newton Duarte de pedagogias do "aprender a aprender", recaindo fortemente sobre as políticas públicas da EEs (MELGAÇO, 2024, p. 117).

Como analisamos anteriormente, as políticas públicas da educação mineira não fogem à lógica das PPEN e PPEE federais e, portanto, se estabelecem a partir de princípios universais reproduzidos no particular e singular. Os anos 1990 foram caracterizados pela implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96, sinalizando o ideal da escola em ciclos, bem como pela instituição dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs e pela Resolução CEB nº 3, de 26 de junho de 1998. Destaca-se que o ideal dos ciclos já era uma corrente adotada no Brasil esporadicamente desde os anos de 1920, 1950, 1960 e, com maior ênfase, em 1980. O programa de ciclos brasileiro de base teórica piagetiana e construtivista tinha como modelo o sistema de ciclos estadunidense e inglês; seu objetivo principal era estagnar o movimento da evasão e do fracasso escolar no Brasil (LADEIRA & INSFRÁN, 2020).

Em Minas Gerais, o sistema de ciclos teve início em 1985, quando ficou proibida a reprovação de crianças em alfabetização. Em 1990, a prefeitura de Belo Horizonte propôs que o sistema seriado fosse substituído por ciclos em todo o ensino fundamental. A lógica dos ciclos ganhou maior espaço com a Resolução 8086/97, que determinou para 1998 a organização do Ensino Fundamental mineiro em dois ciclos de quatro anos, com avaliação por progressão continuada. Em 1998, durante o Fórum Mineiro da Educação, o assunto foi debatido por professores/as e especialistas, porém, as primeiras definições da

Secretaria Estadual de Educação – SEE ocorreram em 1999, no governo de Itamar Franco (LADEIRA & INSFRÁN, 2020; MINAS GERAIS, 1999).

Constata-se que a organização das PPEN impactou diretamente as PPEE, uma vez que a aproximação entre as duas formas de escolarização – regular e especial – demanda a criação de um sistema público unificado capaz de atender a ambas. Nota-se que o debate educacional centrava-se na escola ideal democrática, ou seja, em uma escola que tivesse "compromisso real com o sucesso do aluno, com a aprendizagem, com a formação do cidadão […] para lutar por seu crescimento pessoal, profissional e humano, crítico, participativo, com condições de intervir na realidade e transformá-la no sentido da promoção do bem estar social" (MINAS GERAIS, 1999, p. 6). A ênfase estava na flexibilização do currículo, porque era necessário respeitar as diferenças e individualidades dentro do tempo escolar. O objetivo dessa flexibilização era o atendimento de educandos/as em suas diferenças desenvolvimentais e culturais, incluindo a pessoa com deficiência (MINAS GERAIS, 1999).

Até 2004, as políticas públicas educacionais mineiras mantinham o ideal integracionista (Resolução nº 521), pois embora recomendassem a priorização do ensino regular para a escolarização da pessoa com deficiência e a necessidade regimental de "estratégias de desenvolvimento curricular diferenciada para atender as necessidades especiais dos alunos", reafirmavam a utilidade das classes especiais e das instituições especializadas no artigo 30 (MINAS GERAIS, 2004). Em 2003, as PPEE mineiras (Resolução nº 451), estavam preocupadas com "os princípios éticos, políticos e estéticos da educação em uma sociedade democrática, justa, igualitária e plural para todos", bem como primavam pelo princípio da inclusão sob o ideário do desenvolvimento de competências, atitudes e habilidades sociais (MINAS GERAIS, 2003, p. 1). "Ressalta-se, portanto, que a pedagogia da competência e, por conseguinte do 'aprender a aprender', já estavam sendo desenhadas para o campo da escolarização das pessoas com deficiência em Minas Gerais. Fato que, mais tarde, se consolidaria no CRMG – 2020" (MELGAÇO, 2024, p. 120).

Sabe-se que a Nova Gestão Pública – NGP possui fundamentos teórico-filosóficos do liberalismo econômico, priorizando a participação dos serviços empresariais na melhoria da qualidade e eficiência dos serviços públicos, já que recorrem à valoração mercadológica. Seus objetivos são a competitividade e o lucro, organizados a partir do discurso que supervaloriza a modernização e a padronização.

> A observação acerca das implicações desse modelo na educação é uma questão eminente, visto que suas relações e mediações no campo das políticas públicas sociais não são consensuais, na medida em que algumas experiências têm incorporado a matriz gerencial. Nessa ótica, a ação individual é essencial para viabilizar a melhoria de resultados dos indicadores escolares, considerando que os indivíduos são dotados de vontade, desejo e razão. É no campo das vontades e dos desejos individuais que o neoliberalismo encontra sustentação para argumentar em defesa da competição e da meritocracia (SOUZA & NETO, 2017, p. 623).

Assim sendo, observa-se na Resolução SD nº 001/2005, que revogou a instrução 01/92, uma preocupação em modificar a cultura escolar mineira, orientando os coletivos a se reorganizarem política e estruturalmente para receber todos/as os/as alunos/as com deficiência na escola comum. Reafirmou-se, igualmente, a lógica das escolas especiais, mantendo as alianças com o sistema privado. Além disso, foram dadas instruções ao Atendimento Educacional Especializado – AEE, definindo o papel do/da professor/a de apoio como agente mediador/a no processo educacional do/da aluno/a com deficiência (MINAS GERAIS, 2005; DRUMMOND, 2021).

> Infere-se, portanto, o reconhecimento – por parte da SEE – de que existia naquele momento histórico e, ainda prevalente, uma cultura escolar pré-existente que atuava contra os movimentos inclusivos, porque o estado de Minas Gerais era um território de matriz in/excludente marcado pela concepção de deficiência médico-biológica e psicologista (MELGAÇO, 2024, p. 120).

Esse quadro manteve-se inalterado. Em 2011, o Decreto nº 45.849 definiu as funções tanto da Superintendência Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino – SMTEE como das Superintendências Regionais de Ensino – SRE. "Percebe-se que ambas as superintendências tinham a função de supervisionar o ensino, um comum e outro especial, promovendo e implementando políticas educacionais nas escolas que pertenciam à sua jurisdição" (MELGAÇO, 2024, p. 123).

Em 2013, o Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Programa Minas Inclui, pelo Decreto 46.264, teve a finalidade de "promover, por meio de programas e ações, e da integração e articulação de políticas, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência" (MINAS GERAIS, 2013a, p. 1). Seguindo a mesma lógica das PPEE nacionais do Decreto Federal 7612/11, o programa mineiro objetivava fortalecer as suas PPEE junto a União, estados e municípios, explicitando sua tendência mercadológica, na qual a qualificação e a capacitação profissional da pessoa com deficiência eram consideradas ações prioritárias. Adicionalmente, reafirmou a lógica da habilitação-reabilitação, bem como ações culturais, educacionais, de justiça e acessibilidade (MELGAÇO, 2024).

> Percebe-se que as concepções de deficiência médico-biológicas se mantinham – naquele momento histórico – no plano educacional para a EEs mineira, pois é notório que o primeiro eixo de atuação se preocupava com as questões médicas e de reabilitação, fato marcante do início do ideal integracionista do período pós-guerra (1945-1970), cuja intenção era o ajuste social da pessoa com deficiência. Este eixo reportava a atividade técnica para a adequação pessoal dos indivíduos com deficiência. É importante refletir que esta ideia reificou a limitação da deficiência e, de certa forma, implicitamente, continuava a culpabilizar este indivíduo pela sua superação pessoal (MELGAÇO, 2024, p. 124).

No mesmo período, a Resolução CEE 460 implementou novas normas para a EE na educação básica. O documento reafirmou o compromisso com a educação inclusiva

e, portanto, reiterou a transversalidade da EE em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, seguindo as orientações dos PCNs. Houve também a ênfase na responsabilidade do poder público para efetivação das propostas inclusivas e da família na escolha da escolarização de seus/suas filhos/as com deficiência. Outro ponto importante foi a reafirmação da preferência do ensino regular para a modalidade da EE, com início da oferta desde a Educação Infantil, porém, mantendo as alianças com as instituições privadas. Nessa resolução, o AEE ficou melhor conceituado, devendo acontecer em contraturno e na Sala de Recursos Multifuncionais – SRM. Contudo, abriu-se precedente para a oferta do AEE em outras instituições público-privadas (MINAS GERAIS, 2013b).

No ano de 2014 foi publicado o Guia de Orientação da Educação Especial; em 2018, a Cartilha para pais/mães, estudantes e profissionais da educação. Essas guias de orientação permaneceram vigentes até 2020, quando foi implementada a Resolução 4256 (MELGAÇO, 2024). A partir de 2013, observa-se que o estado de Minas Gerais, em consonância com as normativas internacionais e nacionais para a educação inclusiva de 2008, buscou adequar-se a esse novo modelo de escola única e integral. Contudo, verificaram-se diversas incongruências em relação a esses parâmetros, visto que a Educação Especial – EE possui um processo histórico que se distancia das objetivações capitalistas do mercado financeiro.

A BNCC e o CRMG como um sistema unificado de escolarização frente a perspectiva da Educação Inclusiva no estado de Minas Gerais

Marijane Zanotto e Juliane Nogueira afirmam que "no capitalismo, o modo de produção do capital tem como base fundamental as deliberações econômicas, políticas e ideológicas, a partir das quais são dados os encaminhamentos para a organização da sociedade" (ZANOTTO & NOGUEIRA, 2023, p. 3). As autoras exemplificam esse fato ao afirmar: "as políticas sociais, incluindo nestas as políticas educacionais, que em seu conjunto definem e caracterizam a educação nacional, como é o caso da implementação de políticas curriculares, podendo-se citar, no caso do Brasil, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC" (ZANOTTO & NOGUEIRA, 2023, p. 3).

Partindo desse pressuposto, pode-se inferir que os/as defensores/as do sistema capitalista reconhecem a necessidade de reformular as bases ideológicas, com o objetivo de promover essas tendências teórico-filosóficas hegemônicas nas escolas públicas, cuja principal finalidade é atender às demandas da economia e da política brasileira. O Estado colabora aquiescendo às prerrogativas político-econômicas e vinculando-se a agências multilaterais, como a Unesco, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE e o Banco Mundial (ZANOTTO & NOGUEIRA, 2023). O estado de Minas Gerais aderiu a esse ideal e, desde 2018, tem discutido a implementação de um currículo de referência unificado para todas as escolas público-privadas mineiras.

Destaca-se que as PPEE implementadas a partir de 2018 seguem os parâmetros das "bases econômicas, políticas e ideológicas que implicaram na constituição da BNCC" (ZANOTTO & NOGUEIRA, 2023, p. 3). Desse modo, desde a principal resolução da EE mineira, a 4256/20, até o atual CRMG, vemos um retrocesso de direitos mascarados em uma falsa inclusão. A referida resolução, a exemplo das antigas proposições legais, manteve a hegemonia dos laudos sobre o AEE, reiterando um ensino segregado e capacitista. A práxis educativa a partir dessa normativa impõe sobre a comunidade escolar a centralidade do diagnóstico médico-psicológico, para então planejar as intervenções educacionais a partir do ideário do par dialético saúde-doença. Dâmaris Melgaço trata dessa questão e afirma:

> Toda problemática sobre a necessidade de laudo médico para receber atendimento do AEE e garantir o direito básico às necessidades específicas da pessoa com deficiência recai sobre a discussão de quais sejam as concepções de deficiência que estão balizando as políticas públicas da educação mineira e, consequentemente, a escolarização deste público-alvo nas escolas de Minas Gerais (MELGAÇO, 2024, p. 129).

Outro fator importante é a atual conjuntura, na qual o CRMG objetiva implementar de "maneira consistente" um Sistema Integrado de Educação Pública – SIEP. Nesse caso, "a defesa de um sistema de educação único se funda na integralidade do atendimento e no reconhecimento conjunto da oferta de uma educação pública inclusiva, com qualidade e equidade" (MINAS GERAIS, 2020, p. 2). Inicialmente, esse ideal pode parecer interessante; contudo, considerando o sistema de produção em que se fundamenta, revela-se uma armadilha do capital. As contradições emergem da negação das desigualdades sociais que precedem estruturalmente a escolarização unificada e homogênea, a qual impõe um ritmo único ao aprendizado e se materializa na Resolução nº 4256/20. Nesta, a adaptação curricular dos conteúdos é atribuída ao/à professor/a regente, desprovido/a de formação específica na Educação Especial, e a outros/as especialistas da EE com atividade interventiva (MELGAÇO, 2024).

Considerando as questões filogenéticas que exigem caminhos alternativos de desenvolvimento cultural e a complexidade do Ensino Fundamental II e Médio (o qual se compartimenta em disciplinas distintas de conhecimentos específicos), seria necessário que cada professor/a regente e de aula tivesse formação em áreas específicas da EE. Dessa forma, poderiam colaborar efetivamente com os/as professores/as de apoio e os guias-intérpretes, também com formação especializada, para juntos/as conceberem as estratégias pedagógicas adequadas. Contudo, o CRMG direciona-se a uma educação generalista, com uma tendência à formação escolar voltada para o mercado e para o sucesso profissional dos/das considerados/as melhores.

Em 2021, noticiou-se nos meios de comunicação a gestão de três escolas estaduais mineiras pela iniciativa privada. O projeto Somar, lançado no atual governo Romeu Zema, objetivava um ensino médio 'atrativo' para atender as expectativas dos/das jovens

educandos/as e, principalmente, indicadores educacionais mais positivos (FIÚZA, 2021). De acordo com Liege Dornellas, Joyce Wassen e Eliza Ferreira (2024), o estado de Minas Gerais demonstra pioneirismo na apropriação do ideário de privatização, que exige novas formas de regulação estatal e cuja matriz determina o predomínio do Estado-Empresarial. Em Minas Gerais, a Nova Gestão Pública – NGP teve seu início no governo de Aécio Neves (2003-2010), por meio do Projeto de Lei PL nº 889/2003, "cujo projeto político era ajustar a máquina do Estado com base nos princípios praticados pelo mundo empresarial" (DORNELLAS, WASSEN & FERREIRA, 2024, p. 7).

Vale destacar que o governo de Romeu Zema (2019-2022 e 2023-atual) pauta o seu trabalho nas tendências teórico-filosóficas da sociedade burguesa, defendendo as teorias liberais, ou seja "[…] uma concepção de Estado como garantidor e protetor dos direitos individuais, como: autonomia, segurança, liberdade de expressão de opiniões e pensamentos; e direitos econômicos" (HORTA, SILVA & ARAÚJO, 2024, p. 7).

> A partir de observação inicial na página oficial do Partido Novo, verificam-se posicionamentos voltados para a educação como "priorização da educação básica; gestão profissional na direção das escolas; programa de bolsas em escolas particulares para alunos do ensino público; e Universidades com gestão moderna, parcerias privadas e com fontes de financiamento alternativas" (NOVO, 2023 *apud* HORTA, SILVA & ARAÚJO, 2024, p. 3).

Compreende-se, a partir do conceito leninista de imperialismo, que a junção entre Estado e empresas constitui a característica fundamental dessa forma de domínio mercadológico. Desse modo, o Estado passa a atuar como um facilitador dos interesses empresariais, inclusive no âmbito educacional. "Essa associação demonstra que nos últimos anos houve uma política de estreitamento das relações entre a iniciativa privada e as políticas públicas, sendo essas, o caminho estratégico para a endossar a aplicação do gerencialismo na educação" (ZANOTTO & NOGUEIRA, 2023, p. 12).

Vivian Ribeiro (2020) e Dâmaris Melgaço (2024), em pesquisas realizadas no sudeste e no sudoeste mineiros, comprovaram que as escolas acabam por trabalhar sem o amparo formativo real em EE e sob condições materiais de formação particulares, como a formação a distância na iniciativa privada. Portanto, embora os Centros de Referência na Educação Especial Inclusiva – CREI tenham sido criados em 2018 como política pública de formação e capacitação em AEE, observa-se que não suprem a demanda de formação específica necessária a profissionais em educação do estado mineiro, pois estão concentradas em cada sede regional (MELGAÇO, 2024).

Nas perspectivas adotadas pelos últimos governos mineiros reside uma discrepância de interesses entre as expectativas do processo de inclusão nas escolas estaduais e os interesses da atual máquina pública – desde Aécio Neves a Romeu Zema –, que supostamente visam à melhoria da qualidade dos serviços e a redução dos custos dos serviços públicos. Cumpre ressaltar que, durante a campanha eleitoral de 2018, Romeu Zema

declarou-se contrário à "legislação que obriga as empresas a contratarem pessoas com deficiência", alegando que a ausência de formação educacional da pessoa com deficiência seria o motivo de seu posicionamento político (AYER, 2018).

> A perspectiva do político reforça uma visão de que as pessoas com deficiência não possuem capacitação para o mercado de trabalho, uma vez que este grupo de pessoas "externa as dificuldades que os empreendedores têm para empreender no Brasil". Tal papel responsabiliza esses indivíduos e enfatiza um olhar de que a educação de pessoas com deficiência deve se dar em escolas segregadas e com parcerias público-privadas, ao passo que aponta as parcerias com as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) (HORTA, SILVA & ARAÚJO, 2024, p. 8).

Dessa maneira, explicita-se a seguir como as PPEN e PPEE se materializam na práxis educacional, na concretude da escola estadual mineira.

Análise das Políticas Públicas da Educação Nacional e da Educação Especial na concretude da escola estadual mineira

Verificou-se, a partir das análises de pesquisa bibliográfico-documental, que o estado mineiro estabelece relações precarizadas com os seus/suas trabalhadores/as (MELGAÇO, 2024). É importante sinalizar que o Estado Mínimo e Moderno deseja minimizar o excesso de autoridade estatal e maximizar a participação da sociedade civil, "entretanto, sem abrir mão de lideranças públicas tidas como centrais para garantir a continuidade das políticas" (GOUVEIA, 2008, p. 67).

A partir da análise da categoria de trabalho e das relações sociais de produção no âmbito do setor público, constatou-se que desde 1990 ocorre a manutenção de políticas públicas precarizadas e materializadas nas contratações por tempo determinado (MELGAÇO, 2024). A Lei nº 100, de 5 de novembro de 2007, representa um exemplo dessa precarização, ao efetivar sem concurso público aproximadamente 98 mil servidores/as designados/as em 2006. Embora declarada inconstitucional, manteve-se vigente por oito anos, sendo derrubada em 2014 pelo Supremo Tribunal Federal – STF (MINAS GERAIS, 2023; PORTO, 2016).

Segundo estudo recente divulgado em abril de 2024 pela organização Todos pela Educação, entre 2020 e 2023 houve um aumento de 43% em contratações temporárias nos estados brasileiros e queda de 17% em contratos efetivos. O estado de Minas Gerais foi o líder nesse ranking, com 80% de trabalhadores/as em regime temporário, contra 19% de trabalhadores/as efetivos/as. "Devido a esses movimentos em sentidos opostos, em 2022 a quantidade de professores temporários das redes estaduais superou, pela primeira vez, a quantidade de efetivos, dado que se manteve em 2023" (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2024, p. 5-6).

Além da manutenção via contratações, outro problema atual na rede pública estadual mineira é a questão salarial, cuja pauta inaugura as greves constantes. Em 2024, os/as trabalhadores/as iniciaram o ano letivo em greve e na luta por melhores salários (SINDUTE, 2023). Nota-se que essas relações de exploração trabalhista são decorrentes das políticas gerencialistas de Estado, que buscam a qualquer preço diminuir os gastos públicos, levando a uma política de desvalorização do/da trabalhador/a em educação. Ícaro Horta, Edna Silva e Eduardo Araújo (2024) explicam que o gerencialismo recai fortemente sobre a educação, na figura do/da docente, com o ideal da 'eficiência' caracterizada pela meritocracia, utilizando-se dos programas de avaliação padrão. "Deste modo, tal visão de Estado traz consigo caminhos que o Partido Novo busca desenvolver nas ações sociais, muitas vezes calcadas em discursos meritocráticos e eficientistas" (HORTA, SILVA & ARAÚJO, 2024, p. 7).

Tanto Ribeiro (2020) quanto Melgaço (2024) evidenciam a problemática da formação profissional na Educação Especial, quadro grave no contexto dessas relações precárias de trabalho. Ambas as autoras destacam a precária oferta de formação continuada pela Secretaria de Estado de Educação – SEE, uma vez que a maioria dos/das trabalhadores/as entrevistados/as declarou não se sentir totalmente preparada para atender às necessidades educacionais da pessoa com deficiência, precisamente pela ausência de uma formação sólida na área.

Em relação às PPEE mineiras, verificou-se a prevalência de laudos médicos prescritivos, subsidiados pela Resolução 4256/20. Melgaço (2024) aponta que os/as trabalhadores/as da educação da escola que pesquisou pautam sua ação pedagógica em observância a essa resolução e em obediência às orientações da SRE. Consequentemente, os/as alunos/as que não apresentam laudo médico-psicológico são privados/as do Plano de Atendimento Educacional Especializado – PAEE. Por essa razão, todos/as os/as entrevistados/as relataram que, uma vez identificadas dificuldades de aprendizagem, a família é orientada a procurar auxílio médico e psicológico para a obtenção do laudo, condição para a garantia do direito ao AEE. Ribeiro corrobora essa situação ao afirmar: "a questão do laudo como diagnóstico da deficiência emergiu nas falas de todos os professores entrevistados neste estudo, fato que se correlaciona, se analisarmos as concepções sobre deficiências desses professores, atreladas ao modelo médico" (RIBEIRO, 2020, p. 91).

> Como observamos na história da Educação Especial em Minas Gerais, as mesmas concepções de deficiência organicistas se mantêm hegemônicas na práxis educativa [...] e isto tem um fundo histórico interessado à manutenção da sociabilidade burguesa. Não somente a atividade se mantém nivelada ao padrão médico-biológico, mas como vimos anteriormente nas análises das legislações mineiras, as leis estaduais da EEs também estão conformadas a esta lógica medicalizante e reforçam a sua manutenção, embora dialeticamente oscilem entre esta perspectiva e a visão humanista da deficiência (MELGAÇO, 2024, p. 246).

É preciso considerar que uma concepção de educação de base marxista sempre se colocará na contramão das reproduções capitalistas e, portanto, contra o modelo privatista da NGP, pois a questão do trabalho na perspectiva social é a "principal atividade desenvolvente, sendo produção ativa e criativa, própria dos seres humanos" (MELGAÇO, 2024, p. 237).

Considerações finais

Conforme se observou ao longo das análises deste artigo, desde a chegada de Helena Antipoff em território mineiro, as concepções de educação fundamentadas nas tendências teórico-filosóficas médico-biológica e sociocultural representaram a diretriz principal na escolarização das pessoas com deficiência. Dessa maneira, tais concepções exerceram influência fundamental na construção das PPEN e PPEE no Brasil e em Minas Gerais, mantendo a lógica segregacionista e capacitista do mercado capitalista, a despeito de, aparentemente, seguirem as normativas de humanização das agências internacionais.

Aliançada ao modelo privatista da NGP, a máquina estatal busca investir suas forças nas parcerias com a iniciativa privada, cujo interesse está na eficiência e no mérito, o que já exclui de antemão as pessoas com deficiência. Constatamos também que, embora esteja acompanhando a PNEEPEI-2008, o estado de Minas Gerais faz a manutenção do ideário da escola especial, bem como da medicalização da deficiência, tendo como justificativa a necessidade de melhorar o atendimento especializado desse público na lógica das instituições privadas, inclusive para a garantia da inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Outro ponto importante reside nas tentativas de consolidar um SIEP no estado mineiro por meio do CRMG e de outras legislações contemporâneas. Verificou-se que as PPEN e PPEE apresentam uma contradição dialética em relação a três proposições essenciais ao modo de produção capitalista, as quais caracterizam a exploração e alienação do trabalho na perspectiva marxiana: a desumanização, o individualismo e a competitividade. Desse modo, tornam-se evidentes as discrepâncias objetivas do modo de produção capitalista, justamente no seu oposto de ideal sociocultural – a humanização, a coletividade e a conciliação –, pois, por uma questão lógica inerente ao sistema, tal ideal não se encaixa em sua estrutura.

> o discurso e as ações tomadas pela gestão Zema reforçam o movimento de segregação em classes exclusivas e concepções que fortaleçam o modelo de integração, de Teoria do Capital Humano e, em alguns aspectos, de uma perspectiva médico-assistencialista. essas medidas reforçam um movimento de terceirizar as responsabilidades governamentais e as práticas que deixam de valorizar o caráter humano, social e político que essas políticas possuem na garantia de direitos (HORTA, SILVA & ARAÚJO, 2024, p. 15).

Destaca-se de forma escancarada nas últimas políticas do governo mineiro a tendência forte pela privatização dos bens públicos, bem como parcerias inconstitucionais que coadunam as duas formas de gestão, público-privada, para um modelo gerencialista. Sendo assim, não há nada de novo desde 2003, pois a educação mineira continua precarizada e objetivando estabelecer uma política de Estado mínimo, com maior participação e responsabilidade da sociedade civil e empresarial.

Para a EE esse é um caminho péssimo e de retrocesso, já que necessita de melhores investimentos públicos que considerem as especificidades educativas da pessoa com deficiência. Caso não haja uma revolução ideológica nas PPEN e PPEE, que aproximem teoria e prática, será fatídico o retrocesso educacional, cujo resultado recairá sobre a classe trabalhadora, que ficará nas mãos de instituições mercadológicas visando prioritariamente ao lucro. Portanto, é necessário lutar por uma educação pública e de qualidade, com ações propositivas pedagógicas de caráter marxista.

Recebido em: 25/03/2025; Aprovado em: 11/07/2025.

Referências

AYER, Flávia. Anastasia critica Zema por declaração sobre pessoas com deficiência; adversário rebate. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 14 out. 2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/14/interna_politica,997088/anastasia-critica-zema-por-declaracao-sobre-pessoas-com-deficiencia-a.shtml>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BORGES, Adriana Araújo Pereira & CAMPOS, Regina Helena de Freitas. A escolarização de alunos com deficiência em Minas Gerais: das classes especiais à educação inclusiva. *Rev. Bras. Ed. Esp*., Marília, v. 24, Edição Especial, p. 69-84, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/LQtdqFdyY96ftb3wTchhVxv/>. Acesso em: 31 ago. 2023.

BORGES, Adriana Araújo Pereira; CAMPOS, Regina Helena de Freitas & SILVA, Paulo Vítor Rodrigues da (Orgs.). *Três fases da educação especial em Minas Gerais*: um resgate iconográfico. Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2020. Disponível em: <https://linktr.ee/lappeei>. Acesso em: 01 abr. 2024.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. *Helena Antipoff.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

DORNELLAS, Liege Coutinho Goulart; WASSEN, Joyce & FERREIRA, Eliza Bartolozzi. Parceria público-privada e sua gênese normativa em Minas Gerais-Brasil e a educação. *Revista Educação e Políticas em Debate*. v. 13, n. 3, p. 1-19, set./dez. 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/73084/39495>. Acesso em: 27 nov. 2024.

DRUMMOND, Mariana Florentina Lima Alves de Oliveira. *Aspectos identitários das professoras de apoio e suas percepções como mediadoras do ensino de matemática para alunos com deficiência*. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência e a Matemática) - Universidade Estadual de Maringá. Maringá/PR, 2021.

FIÚZA, Patrícia. Três escolas estaduais de Minas vão ser geridas por iniciativa privada a partir do 2º semestre. *g1 Minas*. Belo Horizonte, 7 mai. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/05/07/tres-escolas-estaduais-de-minas-vao-ser-geridas-por-iniciativa-privada-a-partir-do-2o-semestre.ghtml>. Acesso em: 27 nov. 2024.

GOUVEIA, Andréa Barbosa. *Partidos políticos e trajetórias da política educacional municipal*: um estudo sobre a administração do PFL em Curitiba e do PT em Londrina (2001-2004). Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2008.

HORTA, Ícaro Belém; SILVA, Edna Vieira da & ARAÚJO, Eduardo Santos. Ações e propostas do governo Zema em Minas Gerais para a Educação Especial. Olhar de professor, Ponta Grossa, v. 27, p. 1-20, e-23195.029, 2024. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/23195>. Acesso em: 28 nov. 2024.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. *A educação do deficiente no Brasil, dos primórdios ao início do século XXI*. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

LADEIRA, Thalles Azevedo & INSFRÁN, Fernanda Focchi Nogueira. Reflexões sobre a escola em ciclos no Brasil: uma análise crítica. *Revista Educação Pública*, v. 20, n. 10, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/10/reflexoes-sobre-a-escola-em-ciclos-no-brasil-r-uma-analise-critica>. Acesso em 24 nov. 2024.

LIMA, Eloísa Barcellos de. *Consequências Epistemológicas da Eugenia na Gênese da Educação Especial no Brasil*. Curitiba: Appris, 2022.

MELGAÇO, Dâmaris Alcídia da Costa. *Concepções de deficiência presentes na práxis educativa dos educadores de uma "escola inclusiva" no sudoeste mineiro*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2024.

MINAS GERAIS. *Tempo escolar*: hora de refletir, planejar e construir a escola Sagarana. Lições de Minas. Belo Horizonte: SEE, nov. 1999. v. 3. (Série Lições de Minas).

MINAS GERAIS. Resolução nº 451 de 27 de maio de 2003. Fixa normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino. *Diário do Executivo*, Belo Horizonte, 2003.

MINAS GERAIS. Resolução SEE nº 521/2004. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas escolas estaduais de Minas Gerais e dá outras providências. *Diário do Executivo*, Belo Horizonte, 2004.

MINAS GERAIS. Resolução SD nº 001/2005. Orienta o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais [...]. *Diário do Executivo*, Belo Horizonte, 2005.

MINAS GERAIS. Resolução nº 460/2013. Consolida normas sobre a Educação Especial na Educação Básica, no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais. *Diário do Executivo*, Belo Horizonte, 2013a.

MINAS GERAIS. Decreto nº 46.264/2013. Institui o Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Minas Inclui – no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. *Diário do Executivo*, Belo Horizonte, 25 jun. 2013b. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacaomineira/texto/DEC/46264/2013/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais; União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação/MG Currículo Referência de Minas Gerais (Versão Final). Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/ 20181012%20%20Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%AAncia%20de%20Minas%20Gerais%20vFinal.pdf>. Acesso em 26 mar. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais. Governo de Minas envia proposta para ALMG para garantir licença saúde a servidores da Lei 100., Belo Horizonte, 17 nov. 2023. Disponível em: <https://

www.educacao.mg.gov.br/governo-de-minas-envia-proposta-para-almg-para-garantir-licenca-saude-a-servidores-da-lei-100/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar*: histórias de submissão e rebeldia. 5 ed. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022.

PAULO NETTO, José. *Introdução ao estudo do método de Marx I*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PINHEIRO, Paulo Sérgio *et al*. *O Brasil republicano*. Tomo III: sociedade e instituições (1889-1930). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

PORTO, Ademarcos Almeida. Vítimas da Lei 100 – MG. Professores que eram contratados pela Lei 100 [...]. *Jusbrasil*, 30 jun. 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/vitimas-da-lei-100-mg/356200790>. Acesso em: 25 abr. 2024.

RAFANTE, Heulália Charalo. *Helena Antipoff*: as Sociedades Pestalozzi e a educação especial no Brasil. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2011.

RIBEIRO, Vivian Martins. *Concepções de professores de ciências naturais sobre o processo de inclusão de alunos com deficiências*: um estudo na microrregião de Itajubá. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) - Universidade Federal de Itajubá, Itajubá/MG, 2020.

SILVA, Régis Henrique dos Reis. As determinações históricas das tendências teórico-filosóficas da pesquisa em educação especial no Brasil. In: BERTONI, Luci Mara; COUTINHO, Luciana Cristina Salvatti & SILVA, Régis Henrique do Reis Orgs.). *Ciência, educação e lutas de classes*: desafios e perspectivas de resistência. São Paulo: Navegando Publicações, 2024.

SINDUTE. *Servidores públicos de Minas Gerais fazem greve geral contra o RRF de Zema e ocupam a ALMG em defesa dos serviços públicos*. Disponível em: < https://sindutemg.org.br/noticias/assembleia-do-funcionalismo-aprova-calendario/>. Acesso em: 29 abr. 2024.

SOUZA, Allan Solano & NETO, Antônio Cabral. A nova gestão pública em educação: planejamento estratégico como instrumento de responsabilização. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 21, p. 621-640, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/755>. Acesso em: 12 jul. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO – TPE. *Professores temporários nas redes estaduais do Brasil* (Estudo). São Paulo, SP: Todos pela Educação, abr. 2024. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/04/estudo-professores-temporarios-nas-redes-estaduais-do-brasil-todos-pela-educacao.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2025.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ZANOTTO, Marijane; NOGUEIRA, Juliana Maria Teixeira O imperialismo em curso no Brasil: a BNCC e seus desdobramentos para a educação pública brasileira. *Revista HISTEDBR On-line,* Campinas, v. 23, p. 1-26, 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8666591>. Acesso em: 29 nov. 2023.